



Do subversivo ao traficante: uma arqueologia do conceito de "tóxico-subversão"

Luiz Henrique Santos Brandão¹

Universidade de Brasília

E-mail: prof.luizbrandao@gmail.com

Esta pesquisa tem por objeto a construção do dispositivo proibicionista à época da Ditadura Militar através da instrumentalização de um discurso moralizante em torno do uso de drogas.

Através do estudo da documentação produzida entre os anos 1969 e 1974 pelos órgãos da repressão bem como pela mídia da época, proponho-me a investigar as condições históricas que possibilitaram a articulação entre as idéias de “subversão política” e “perversão moral”, objetivada na ideia de “tóxico-subversão”.

Ao tentar perceber o papel desempenhado por esse discurso moralizante sobre o uso de drogas na implantação das novas técnicas de governo relacionadas ao surgimento daquilo que Michel Foucault chamou de biopoder, essa pesquisa pretende contribuir para o entendimento do discurso da “guerra às drogas” como parte de um dispositivo utilizado no contexto do terrorismo de Estado para criminalizar uma parcela específica da população.

Interesso-me então pela forma como agentes da repressão puderam se fiar na hipótese de que, com o extermínio e consequente desmantelamento da resistência armada no Araguaia, a esquerda

¹ Mestrando em História das Ideias, Teoria e Metodologia da História



III Seminário Nacional de História e Contemporaneidades

Brasil: autoritarismo, cultura política e direitos humanos

Universidade Regional do Cariri-URCA, Crato-CE de 6 a 9 de Março de 2018

cooptada pelo Movimento Comunista Internacional (MCI) teria passado a se dedicar a uma nova estratégia subversiva: corromper as bases morais da sociedade brasileira neoliberal através da propagação da homossexualidade, da promiscuidade e do uso de “entorpecentes”.

As fontes utilizadas nesta investigação são o conjunto de documentos produzidos pela Assessoria de Segurança e Informações da Universidade de Brasília (ASI-UnB) e as publicações disponíveis na emeroteca do Correio Brasiliense.

Estes materiais oferecem um vasto panorama do movimento de transformação do objeto da repressão política, que passa progressivamente do “subversivo” ao “drogado” através da mobilização de um discurso que articulava ideias de anormalidade e imoralidade como estratégia para deslegitimar movimentos sociais e parcelas da população consideradas perigosas ou potencialmente subversivas.

O recorte temporal aqui apresentado (1969-1974) coincide, não por acaso, com o período em que o General Emílio Garrastazú Médici ocupou a Presidência da República. Isso porque, dos generais que ocuparam o cargo, Médici foi o que mais ostensivamente se utilizou do discurso da “guerra às drogas” para fins de promoção política.

Foi durante o seu governo, por exemplo, que se aprovou a Lei 5.726/71, que altera o Código Penal Brasileiro através do artigo 281, atualizando a criminalização da “posse e guarda de substância que determina dependência física e psíquica” alinhando-se à política de “intolerância zero” levada a cabo nos EUA pelo presidente Richard Nixon no mesmo período.

Médici articulou uma ampla mobilização entre os três setores das Forças Armadas, as polícias civis e militares, o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde em sua campanha de moralização



III Seminário Nacional de História e Contemporaneidades

Brasil: autoritarismo, cultura política e direitos humanos

Universidade Regional do Cariri-URCA, Crato-CE de 6 a 9 de Março de 2018

da juventude através do “combate ao uso de entorpecentes”. O peso político dessa mobilização pode ser notado, por exemplo, numa reportagem em primeira página publicada pelo Correio Brasiliense em 1971 com o título “Médici lidera a luta contra o tóxico”. Nela, o jornal informa que “as autoridades qualificaram o problema dos tóxicos e entorpecentes no País como da mesma gravidade que a eliminação do terrorismo”.

O intuito desta pesquisa não é sugerir que a Ditadura Militar tenha sido o primeiro exemplo da aplicação da política de criminalização dos usuários de drogas no Brasil. Não obstante, o golpe de 1964 pode ser considerado um divisor de águas na política de drogas no país, na medida em que é responsável pela transição do modelo sanitário para o modelo bélico de combate às drogas.

Assim, a política de drogas importada dos Estados Unidos de Nixon pela Ditadura Militar marca a progressiva militarização da política criminal de drogas e faz surgir o estereótipo do traficante como inimigo interno.

Procuramos então investigar aqui as origens históricas do proibicionismo brasileiro em seu aspecto estratégico, ou seja, no contexto do terrorismo de Estado instaurado após 1964, entendendo-o como uma das ferramentas utilizadas para a perseguição a determinados grupos e movimentos sociais que não se adequavam à norma que o regime tentava impor.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Militar; Movimento Estudantil; Guerra às Drogas



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Jonatas C. de. **Uma história política da criminalização das drogas no Brasil: a construção de uma política nacional.** Trabalho apresentado na VI Semana de História e III Seminário Nacional de História: Política, cultura e sociedade. Programa de Pós Graduação em História/UERJ: Rio de Janeiro, 2011a.

_____. **A produção de leis e normas sobre drogas no Brasil: a governamentalidade da criminalização.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História - ANPUH. São Paulo, 2011b.

GUSSON, Claudia Maria. **Movimento Estudantil e repressão judicial: o Regime Militar e a criminalização dos estudantes brasileiros (1964-1979).** Universidade de São Paulo (dissertação de mestrado). São Paulo: 2008.

NEVES, Anderson Souto. **Genealogia das políticas proibicionistas sobre drogas no Brasil: 1970-1990.** UFSM: Santa Maria, 2015.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. **Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970-1973).** Universidade Federal do Paraná (tese de doutorado). Curitiba, 2014.

VIEIRA, Nayara da Silva. **Entre o imoral e o subversivo: a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) no Regime Militar (1968-1979).** Universidade de Brasília (dissertação de mestrado) Brasília, 2010.